



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0017187-26.2010.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Marilene Gonçalves Ribeiro**
 Requerido: **Aymore Credito Financiamento e Investimento Sa**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Aos 07 de maio de 2014, faço estes autos
 conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.

Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**

Eu,....., esc., digitei e subscrevi.

Processo nº 1785/2010

VISTOS

MARILENE GONÇALVES RIBEIRO ajuizou Ação **DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** em face de **AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A**, todos devidamente qualificados.

A requerente aduz, em suma, que firmou Contrato de Financiamento com o Banco requerido; que teve ajuizada contra si, ação de busca e apreensão, em 20/07/2009, fundamentada numa dívida no valor de R\$ 14.701,34; que com autorização do Juízo, purgou a mora nos autos da busca e apreensão; ocorre que após receber, do Juízo, determinação para a restituição do veículo, a ré informou já tê-lo vendido em leilão. Como se tal não bastasse lançou seu nome no rol dos maus pagadores. Busca, então, indenização por danos morais, pois não pode exercer seu direito de retomada, e experimentou dissabores com seu nome no rol dos maus pagadores. Juntou documentos às fls. 14/106.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Devidamente citada, a requerida apresentou contestação alegando preliminarmente a inépcia da petição inicial. No mais, afirmou que ajuizou a ação de busca e apreensão por culpa exclusiva da autora que deixou de efetuar o pagamento das parcelas do contrato de financiamento dentro das datas aprazadas. Assim, agiu no exercício regular de um direito. Pediu pela improcedência da ação.

Réplica às fls. 150/156.

As partes foram instadas a produzir provas (fls. 162 e 164).

Em resposta ao despacho de fls. 165 foram carreados documentos fls. 169/173, 177/180 e 195/202.

Declarada encerrada a instrução pelo despacho de fls. 231, o requerido apresentou memoriais às fls. 233/234 e a Requerente apresentou alegações finais às fls. 235/239.

É o relatório.

DECIDO.

Discute-se nos autos a existência de danos morais decorrentes de negativação dos dados pessoais da autora, relacionada a um contrato de financiamento para aquisição do veículo Peugeot, placa CZI 0776.

Temos como ponto incontroverso que nos autos da ação de busca e apreensão, proposta pela aqui requerida em face da autora, distribuída a 2ª Vara, ocorreu a venda prematura do inanimado, mesmo diante da emenda



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

da mora e de determinação judicial para sua restituição.

A ré, de sua feita, alega que agiu no exercício regular de seu direito e que mesmo com a venda do veículo a autora permaneceu em débito.

...

Como “compensação” pelo “perecimento” do bem, ou seja, pelo fato de não ter conseguido sua restituição, a autora já obteve na LIDE da 2ª Vara Cível local, R\$ 14.701,34 (quatorze mil e setecentos e um reais e trinta e quatro centavos).

De qualquer maneira, em razão do decidido pelo sobredito Juízo, ficou definida a mora especificada e a **avença como um todo** (a respeito confira-se fls. 84, item “b”).

Assim, a ré agiu incorretamente ao promover a anotação de fls. 106 (em 31/07/10).

Ocorre que contemporâneas à restrição discutida, a autora registrou várias outras (cf. fls. 169/173, 177/180 e 195/202) que certamente macularam sua honra e tiveram o poder de impedir seu crédito na praça.

Assim, não se pode dizer que possuía um nome pelo qual zelar, ou, em outras palavras, um “Oásis Moral” a salvaguardar.

Desse modo, não faz jus a qualquer indenização.

Nesse diapasão, vêm se posicionando os pretórios.

(...) para deferimento da indenização por dano moral é muito importante o exame da personalidade e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

das condições subjetivas da vítima... (8ª Câmara do TJSP, 15/09/93, JTJ 150/81) – (Dano Moral, 2ª ed., RT, 1998, p. 427/428).

Em tese, a sensação de ser visto como mau pagador pode representar violação do patrimônio ideal que é a imagem idônea, a dignidade do nome, a virtude de ser honesto, de molde a justificar pleito de reparação por danos morais. Mas, de outro lado, a existência, comprovada, de extensa lista de anotações desabonadoras à parte dita ofendida, em órgãos diversos que buscam a proteção ao crédito, torna-o enfraquecido, por não se vislumbrar onde residiria a mácula que estaria a ferir-lhe a esfera ética – (TAMG – AC 0303105-8 – 7ª C. Civ – Rel. Juiz Lauro Bracarense – J. 16/03/2000).

Como se tal não bastasse, temos a **súmula nº 385 do STJ**: “da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”.

Não pode ser considerado moralmente atingido por um determinado fato, quem já praticou fato de natureza idêntica, ensejando punição semelhante, tal como aconteceu com a autora.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito inicial.

Sucumbente, arcará a autora com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor dado à causa, devendo ser observado o disposto no art. 12 da Lei 1.060/50

P.R.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 22 de maio de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**